

3 — A nomeada está autorizada a optar pelo vencimento da carreira/categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de junho de 2013.

12 de julho de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

### Nota Curricular

#### Dados Biográficos

Nome: Maria Gorete Velho Cabral de Medeiros Costa Data de nascimento: 10 de maio de 1975

#### Habilitações Académicas

Licenciada em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (13 valores);

Profissionais: Detentora do Curso de Pós-Graduação de Especialização em Ciências Jurídico-Administrativas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e de diversas ações de formação no âmbito do Direito Administrativo, Direito do Urbanismo, Notariado Privativo e da Contratação Pública.

#### Carreira e Atividade Profissional

Inspetora Superior da Inspeção Regional das Atividades Económicas com competências de coordenação, desempenhando funções de autoridade no âmbito das infrações antieconómicas e contra a saúde pública, planeamento e organização da atividade operacional;

Exerceu funções de assessoria jurídica na Câmara Municipal de Povoação, como Técnica Superior, emitindo pareceres técnico-jurídicos em matéria de empreitadas de obras públicas e de despesas públicas, promovendo a elaboração de programas de procedimentos e de cadernos de encargos e participando no júri dos concursos;

Neste domínio, adquiriu experiência na área da contratação pública promovendo as ações administrativas necessárias à preparação dos concursos de empreitadas de obras públicas e à execução destas, acompanhando os processos de aquisição de bens e serviços, sob proposta e apreciação técnica das unidades orgânicas envolvidas, instruindo e organizando os procedimentos pré-contratuais, de acordo com as regras legais aplicáveis, e preparando, de acordo com as orientações transmitidas, as minutas de acordos, protocolos e contratos; Foi coordenadora do Curso de Formação Específica para Inspetor na Inspeção Regional das Atividades Económicas, onde foi formadora nas disciplinas de Direito Penal, Direito de Mera Ordenação Social e Direito Processual Penal.

207118501

### Autoridade de Gestão do PROMAR

#### Despacho n.º 9713/2013

#### Cessação da interrupção do período para apresentação de novas candidaturas ao abrigo do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura na região abrangida pelo objetivo de convergência no Continente.

Em 13 de junho de 2008 foi aprovado, pela Portaria n.º 424-C/2008, posteriormente alterada pelas Portarias n.º 619/2009, de 8 de junho, n.º 106/2010, de 19 de fevereiro, n.º 227/2010, de 22 de abril, n.º 1174/2010, de 16 de novembro, e n.º 298/2011, de 18 de novembro, o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura.

Entretanto, verificando-se que, na região abrangida pelo objetivo de convergência no Continente, a dotação disponível era já insuficiente para aprovar novas candidaturas, foi determinada, mediante o Despacho n.º 16301/2012, de 12 de dezembro, a interrupção do período para apresentação de candidaturas ao abrigo do mencionado Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, na região abrangida pelo objetivo de convergência no Continente.

Como desde logo se salientou naquele Despacho, essa impossibilidade de aprovação de novas candidaturas poderia não ser definitiva ou irreversível, na medida em que poderia verificar-se alguma circunstância que viesse repor as disponibilidades financeiras então inexistentes.

Efetivamente, existe hoje a possibilidade de apreciar favoravelmente novas candidaturas à Medida «Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura» na região abrangida pelo objetivo de convergência no Continente.

Impõe-se, portanto, a cessação da interrupção do período para apresentação de novas candidaturas antes determinada.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 11.º do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, determina-se que:

1 — Cessa a interrupção do período para apresentação de candidaturas ao abrigo do Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, aprovado pela Portaria n.º 424-C/2008, de 13 de junho, posteriormente alterada pelas Portarias n.º 619/2009, de 8 de junho, n.º 106/2010, de 19 de fevereiro, n.º 227/2010, de 22 de abril, n.º 1174/2010, de 16 de novembro, e n.º 298/2011, de 18 de novembro, na região abrangida pelo objetivo de convergência no Continente, determinada pelo Despacho n.º 16301/2012, de 12 de dezembro.

2 — O disposto no número anterior não afasta a possibilidade de nova interrupção do período para apresentação de candidaturas ao abrigo do mencionado Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, na região abrangida pelo objetivo de convergência no Continente, caso voltem a verificar-se os pressupostos que antes a determinaram.

12 de julho de 2013. — A Gestora do PROMAR, *Maria Teresa Moniz de Almada Pereira Rafael Bessa*.

207118801

### Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

#### Despacho n.º 9714/2013

A estrutura orgânica da Direção-Geral de Alimentação Veterinária (DGAV), encontra-se aprovada e os dirigentes, responsáveis pelas respetivas unidades orgânicas encontram-se designados, através dos Despachos n.ºs 7205/2013 e 7206/2013, ambos de 12 de abril, publicados na 2.ª série do *Diário da República* n.º 107, de 4 de junho de 2013.

Porém, verificou-se ser necessário imprimir uma nova dinâmica na gestão de uma das unidades orgânicas flexíveis, importando, por isso, alterar o Despacho n.º 7205/2013, de 12 de abril.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º, do n.º 9 do artigo 21.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64/2011, de 22 de dezembro, determino o seguinte:

1 — O n.º 1 do Despacho n.º 7205/2013, de 12 de abril, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 107, de 4 de junho de 2013, é alterado nos seguintes termos:

- «1 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- i) .....
- j) .....
- k) .....
- l) .....
- m) .....
- n) .....
- o) .....
- p) .....
- q) .....
- r) .....
- s) .....
- t) .....
- u) A licenciada Eliana Silva Fonseca, Chefe de Divisão de Alimentação e Veterinária de Braga;
- v) .....
- w) .....
- x) .....
- y) .....
- z) .....
- aa) .....
- bb) .....
- cc) .....
- dd) .....
- ee) .....